



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH I  
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

**CAROLINA SOUZA COSTA BARRETO**

**OS DESAFIOS DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS ANTE O AVANÇO DE  
POLÍTICAS NEOLIBERAIS NO BRASIL**

Salvador  
2024

**CAROLINA SOUZA COSTA BARRETO**

**OS DESAFIOS DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS ANTE O AVANÇO  
DE POLÍTICAS NEOLIBERAIS NO BRASIL**

Artigo científico apresentado ao Colegiado de  
Administração do DCHI, da Universidade do  
Estado da Bahia, para obtenção do Grau de  
Bacharela em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Egnaldo Barbosa  
Pellegrino

Salvador  
2024

**CAROLINA SOUZA COSTA BARRETO**

**OS DESAFIOS DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS ANTE O  
AVANÇO DE POLÍTICAS NEOLIBERAIS NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Bacharelado em Administração do Departamento de Ciências Humanas do *Campus I* (DCH I) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Aprovado em: 19 de dezembro de 2024

Banca Avaliadora:

*Egnaido Barbosa Pellegrino.*

Orientador: Prof. Doutor Egnaido Barbosa Pellegrino - UNEB

Última Titulação: Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas - UFBA/FACOM

*Rosângela*

Avaliadora 2 Professora *Rosângela* Rosângela Moreira de Oliveira - UNEB

Última Titulação: *maior* em Desenvolvimento Regional e Urbano - UNIFACS

*Glyana Soares*

Avaliadora 3 Professora Mestre Glyana Souza Soares do Nascimento - UFBA

Última Titulação: Mestre em Cultura e Sociedade - UFBA

# OS DESAFIOS DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS ANTE O AVANÇO DE POLÍTICAS NEOLIBERAIS NO BRASIL

**Carolina Souza Costa Barreto**

Discente do Curso de Bacharelado em Administração do DCH I -  
UNEB. E-mail: [carolinasbbarreto@gmail.com](mailto:carolinasbbarreto@gmail.com)

**Egnaldo Barbosa Pellegrino**

Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia-UFBA; Mestre em Administração-UFBA; Especialista em Planejamento-UFBA/CETEAD.

Graduado em Administração de Empresas pela Universidade Católica do Salvador.

Professor Titular do Departamento de Ciências Humanas I da Universidade do Estado da Bahia, UNEB.

E-mail: [egnardop@yahoo.com.br](mailto:egnardop@yahoo.com.br)

## RESUMO

Este estudo aborda a relevância das Micro e Pequenas Empresas (MPEs) na economia brasileira, analisando criticamente os desafios implicados a essas organizações diante do avanço da tendência neoliberal na fase vigente do capitalismo. A pesquisa se caracteriza pelo uso do método bibliográfico. Pensando no papel que têm as MPEs para o fortalecimento do tecido social e econômico, a questão norteadora investiga como os entraves derivados de processos econômicos marcados pelas políticas neoliberais, apesar de impulsionarem a propagação das MPEs, estabelecem restrições quanto ao desenvolvimento e crescimento das mesmas. Nesse sentido, discute-se fatores determinantes para o fracasso das MPEs, com ênfase no ambiente externo, incluindo dificuldades de adaptação tecnológica, concorrência desigual e falta de suporte governamental. Esses aspectos são analisados em conjunto com a identidade socioeconômica complexa das MPEs e as peculiaridades da região latino-americana, onde condições estruturais impõem desafios específicos às pequenas empresas brasileiras. Os resultados indicam que apesar das iniciativas de incentivo, as MPEs ainda sofrem limitações relacionadas à inserção do país em uma dinâmica global que privilegia o grande capital. A interpretação de tais processos revela que, embora sejam essenciais na economia, as MPEs enfrentam barreiras enraizadas nos moldes do mercado globalizado que acabam por restringir sua competitividade e determinar a perpetuação de desigualdades.

**Palavras-chave:** Micro e pequenas empresas. Políticas neoliberais. Mercado globalizado.

## ABSTRACT

This study addresses the relevance of Micro and Small Enterprises (MSEs) in the Brazilian economy, critically analyzing the challenges these organizations face amidst the rise of neoliberal trends in the current phase of capitalism. The research is characterized as bibliographical and exploratory. Considering the role MSEs play in strengthening the social and economic fabric, the guiding question investigates how the obstacles arising from economic processes shaped by neoliberal policies, while fostering the proliferation of MSEs, also impose restrictions on their development and growth. In this context, the study discusses key factors contributing to the failure of MSEs, with an emphasis on external environments, including difficulties in technological adaptation, unequal competition, and lack of government support. These aspects are analyzed alongside the complex socioeconomic

identity of MSEs and the peculiarities of the Latin American region, where structural conditions impose specific challenges on Brazilian small businesses. The findings indicate that, despite incentive initiatives, MSEs continue to face limitations stemming from Brazil's integration into a global dynamic that favors large-scale capital. The interpretation of these processes reveals that, although MSEs are essential to the economy, they encounter deeply rooted barriers within the framework of a globalized market, ultimately restricting their competitiveness and perpetuating inequalities.

**Keywords:** Micro and Small Enterprises. Neoliberal Policies. Globalized Market.

## 1 INTRODUÇÃO

A participação das micro e pequenas empresas (MPEs) na economia brasileira é, com efeito, tema de relevância para pesquisadores, economistas e formuladores de políticas públicas, uma vez que as MPEs desempenham um papel substancial no cenário econômico do Brasil. O objetivo geral do estudo é desenvolver uma análise crítica dos impactos nas micro e pequenas empresas após o crescente avanço de políticas neoliberais tendo em vista os estímulos e tentativas de suporte. Acerca da interferência das políticas neoliberais na economia e na subsistência de pequenas empresas, interessa expor as fragilidades das atuais alternativas empregadas em vias de garantir sobrevivência e progresso do grupo estudado, bem como evidenciar os retrocessos enfrentados na participação desse segmento nas relações de mercado, apesar da sua função essencial de gerar e distribuir renda e trabalho.

Para a realização deste trabalho, adotou-se uma abordagem metodológica de caráter bibliográfico. A pesquisa bibliográfica foi fundamentada em livros, obras acadêmicas, artigos científicos e relatórios institucionais que analisam o papel das Micro e MPEs na economia brasileira. O enfoque seguido possibilitou uma análise crítica e reflexiva, direcionada à compreensão das interações entre as MPEs e as políticas econômicas contemporâneas, com ênfase no impacto do ambiente externo sobre sua sobrevivência. Assim, para falar das dinâmicas e complexidades desse setor, desenvolvemos nosso estudo considerando um aporte teórico no que se refere às implicações neoliberais na estrutura econômico-social, tendo como corpus primário a obra “Microempresa na era da Globalização” de Carlos Montaña (2001), em paralelo às concepções críticas de Marilena Chaui (2020) sobre a questão.

Ademais, a respeito de especificidades da configuração político-econômica do Brasil, Ruy Mauro Marini (1992), a partir de sua teoria que interpreta a consolidação de relações de dependência no desenvolvimento capitalista da América Latina, guia uma investigação sobre a conjunção na qual estão sendo inseridas as alternativas atuais dos mecanismos institucionais, dedicados a articular legislações e incentivos para o grupo. A presente pesquisa baseia-se também em dados governamentais e demais comentadores que direcionam uma crítica à convenção que encerra na esfera individual as soluções para a vida dessas organizações, entendendo que os resultados nelas obtidos possuem pressupostos para além do esforço e mérito gerencial.

Olhando hoje para o panorama brasileiro, cabe avaliar as mudanças conseguintes do fenômeno da globalização com a exportação de capital e a difusão do neoliberalismo no século XX, quando a racionalidade neoliberal, em decorrência de novos moldes do capitalismo, tornou-se predominante nas relações sociais em todo o mundo e acabou retirando autonomia dos Estados por efeito das liberdades do capital internacional. Nesse processo a

economia brasileira tornou-se cada vez mais influenciada fortemente pelas MPEs, que a partir daí atingiram um novo posicionamento em termos de estratégia interna e externa.

As políticas de incentivos financeiros e tecnológicos destinadas às MPEs, aliadas aos projetos de acesso facilitado a créditos, programas de capacitação empresarial, apoio à inovação e estímulo à formalização dos negócios, possuem o intuito de promover o crescimento e a sustentabilidade dessas empresas. Contudo, é necessário considerar que apesar das medidas criadas visando a fomentação e sobrevivência das MPEs, em alguns momentos da história do país parece faltar planejamento ou real intenção ao implementá-las, já que poucas demonstram efeitos práticos de grandes resultados. Exemplo disso foram as alterações acrescentadas em 2020 durante a pandemia do coronavírus em torno da instituição do *Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte* (PRONAMPE), as quais pretendiam minimizar os abalos da crise sanitária e fortalecer os pequenos negócios, mas devido a letargia no processo, que teve início em abril, somente em junho do mesmo ano foi promulgado pela Lei 13.999/2020 e com diversos vetos.

Com as alternâncias das formas de governança pode-se inclusive retroceder em relação aos incentivos governamentais para as MPEs, pois se há enfraquecimento, retardo ou burocracia nos incentivos governamentais, o acesso a recursos financeiros, programas de capacitação e apoio técnico ficam ameaçados. A proteção dada pelas políticas públicas nesse caso acaba muitas vezes focada em áreas específicas com problemas e déficits, e torna-se resposta de pontuais avanços diante das dificuldades enfrentadas pelas empresas de menor porte. Além disso, a desregulamentação dos mercados e a acumulação de riquezas através do desenvolvimento tecnológico podem criar um ambiente mais competitivo e desafiador para o setor, que possui menos recursos e capacidades de adaptação para levar adiante os negócios à medida que o desenvolvimento dos meios de produção avança, já que para adquiri-los se exige cada vez mais uma dimensão maior de capital individual. Essa disparidade retroalimenta o mecanismo social de centralização de capitais.

Deste modo, para fazer perceber avanços e retrocessos no movimento de acumulação de capital, examinamos a atuação de políticas de incentivo governamental fundamentadas em ideias neoliberais e como a ideologia em questão tem refletido em determinados tipos de negócio. Nisso se inclui a análise crítica de tais dinâmicas de produção e circulação do comércio, assim como de suas características estruturais, considerando os efeitos na capacidade de crescimento, competitividade e sustentabilidade das MPEs.

## **2 MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO CENÁRIO ECONÔMICO BRASILEIRO**

Têm-se notado nas últimas décadas um ganho de força, no Brasil e no mundo, a

respeito do reconhecimento da participação das MPEs na economia. Apesar de apresentar taxas altas de mortalidade precoce, o segmento permanece responsável por uma parcela expressiva do total de negócios e se mostra dotado de importância econômica e social para o país. A tarefa de formular e debater políticas públicas guiadas a ampliar e melhorar a participação das MPEs, exige portanto alguma atenção para a disposição das dinâmicas de mercado que as envolvem.

É relevante destacar que a caracterização das MPEs varia consideravelmente a nível global, dependendo das legislações e critérios adotados por cada país. Essa diversidade evidencia a complexidade em classificar essas empresas com base em diferentes fatores, como faturamento, número de funcionários, setor de atuação e outros. No Brasil, a Lei Complementar nº 123/2006, conhecida como *Lei Geral*, ou *Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte*, define as MPEs a partir do faturamento anual. São classificadas como microempresas aquelas que possuem faturamento bruto anual de até R\$360 mil e pequenas empresas aquelas com faturamento entre R\$360 mil e R\$4,8 milhões. Já o IBGE - como também outras organizações nacionais e internacionais - utiliza o critério do número de funcionários como parte dessa classificação, em que as microempresas possuem até 9 e as pequenas até 99 empregados.

Ainda sobre identificar e classificar as MPEs, Carlos Montaña (2001) enfatiza que a análise da estrutura é um ponto crucial no processo de conceituar uma organização produtiva enquanto pequena empresa. Ele destaca três elementos-chave que devem ser considerados ao realizar tal análise: dimensão, complexidade e formalização.

A dimensão refere-se ao tamanho, que pode ser mensurado em termos como o número de funcionários, o faturamento anual ou os ativos totais. Para uma pequena empresa, a dimensão é relativamente pequena em comparação com empresas de médio ou grande porte. A quantidade limitada de recursos humanos e financeiros é uma característica marcante nesse caso. Contudo, o tamanho do quadro de funcionários é uma métrica que não pode ser utilizada isoladamente para definir micro e pequenas empresas, já que o número de empregados não reflete necessariamente a complexidade das operações ou a capacidade de influência no mercado, torna-se necessário considerar não apenas aspectos quantitativos, mas também qualitativos, contextuais e estratégicos, a fim de refletir sua verdadeira natureza e importância dentro da economia. Por isso, depreende-se que a complexidade de uma empresa deve ser levada em conta a propósito de defini-la (Montaña, 2001).

A complexidade de uma empresa depende da interconexão de suas operações e processos internos. Em pequenas empresas, há tendência a uma centralização elevada e menor complexidade na divisão política e técnica do trabalho. Especialmente nas microempresas onde “em geral, ‘todos fazem de tudo’, como o caso do velho artesão, o trabalhador

geralmente acompanha o produto desde a sua etapa inicial até a fase final” (Montaño, 2001, p. 14). Assim, as atividades das organizações de menor porte costumam ser mais diretas e menos burocráticas em suas operações e tomadas de decisões.

Já a formalização refere-se ao grau em que as políticas, procedimentos, regras e estruturas organizacionais são estabelecidos e documentados. Em pequenas empresas, a formalização geralmente é menor, pois a flexibilidade e a adaptação rápida às mudanças são prioridades. A burocracia é reduzida e as relações internas tendem a ser mais informais e diretas. Esses três elementos - dimensão, complexidade e formalização - são fundamentais para entender a dinâmica e a estrutura de uma pequena empresa como organização produtiva.

A abordagem de Carlos Montaño, como descrita, destaca a importância de uma análise qualitativa e estrutural das empresas, indo além dos dados quantitativos relacionados à dimensão e tamanho das organizações. Para Montaño (2001), tais características quantitativas denotam a condição socioeconômica das unidades produtivas, sendo não causa, mas consequência da categoria particular. Reconhecendo que as diferenças econômicas não podem ser explicadas apenas por números quantitativos, ele destaca a necessidade de considerar a estrutura, lugar, participação e papel socioeconômico das empresas.

Ao comparar a composição orgânica das grandes empresas (GEs) com a das MPEs, Montaño (2001) ressalta como as GEs carregam vantagens econômicas devido à sua capacidade de elevar a composição orgânica investindo mais em meios de produção (capital constante) em relação aos gastos com mão de obra (capital variável). Tal estratégia tende a ampliar a mais-valia gerada, o que, por sua vez, aumenta o potencial de realização e apropriação de lucro.

A facilidade das grandes empresas em elevar a composição orgânica se liga aos efeitos que a tecnologia e o poder político-econômico provocam. Capacidade de investimento em tecnologia, automação e maquinário, resulta em maior produtividade e eficiência. Investimentos como estes permitem que as empresas extraiam mais trabalho excedente dos trabalhadores, aumentando assim a mais-valia. As MPEs, muitas vezes, possuem uma composição orgânica mais baixa devido à limitação de recursos para investir em tecnologia e automação. O que implica, de acordo com Montaño (2001, p. 19)), um maior investimento em mão de obra e “maior valor da força de trabalho empregada do que o valor de seus meios de produção, em relação à média”.

Isto posto, interpretamos o funcionamento das pequenas unidades produtivas a partir do contexto socioeconômico e político, o qual molda o funcionamento destas numa tendência de efetivação da concentração de capital e superioridade econômica nas grandes unidades. É criada uma relação de dependência, em que as MPEs, diante da sua menor capacidade em incorporar progresso tecnológico, passam a utilizar processos tornados obsoletos.

A partir da visão empreendida, na qual as MPEs são aquelas usuárias em menor

intensidade de capital constante, é possível perceber como as dificuldades dessas empresas estão relacionadas à concorrência assimétrica do modo de produção capitalista, não bastando preocupar-se apenas com a falta de gestão estratégica eficiente ou de conhecimento estratégico formal dos empresários. Josef Steindl indica em sua obra “Maturidade e estagnação no capitalismo americano” de 1952, que as vantagens das grandes firmas demonstram como nesses padrões competitivos predominam os oligopólios concentrados e levam a crer que a eliminação do pequeno capital é inevitável.

Contudo, apesar das condições efetivas que desestimulam o crescimento dos pequenos negócios, estudos recentes demonstram uma propagação dessas unidades no contexto econômico atual, como aponta o diagnóstico feito pelo SEBRAE (2015), o qual observou a contribuição das pequenas unidades produtivas para o desenvolvimento econômico no contexto nacional e constatou que essa participação teve aumento expressivo desde a década de 1980. Porém, tal crescimento se deu muito mais em serviços como no comércio, ao contrário da atividade industrial, onde as MPEs respondem por menos de 10%, enquanto sobressaem as GEs. Conforme aponta o relatório,

Embora o capitalismo moderno se caracterize por forte tendência à concentração em grandes empresas, o lugar de micro e pequenas empresas está garantido em atividades como Serviços e Comércio, em que economias de escala não sejam tão relevantes como ocorre nas atividades Industriais (SEBRAE, 2015).

O diagnóstico reflete algumas das oportunidades e desafios para as MPEs em setores variados. É interessante observar que a participação das MPEs na atividade industrial tem sido menos pronunciada, já que o sucesso ou fracasso das pequenas unidades resulta em grande parte de um composto de fatores relativos aos processos de industrialização que ocorreram nos países latino-americanos e lhes determinaram uma participação desvantajosa e subordinada.

Conforme elaborações dos teóricos marxistas em torno do conceito de imperialismo, a forma assumida pelo capitalismo com a chegada do capital financeiros e dos monopólios corresponde à política imperialista, sendo esta o nexos das condições sócio-históricas que definiram a implementação de indústrias na América Latina visando prover bens primários necessários para o comércio internacional. Como argumenta Pedro Duarte (2021, p. 133) a industrialização nesses locais foi elaborada a partir das necessidades dos países centrais produtores mundiais de manufaturas e “deformou o desenvolvimento histórico dos países da região, impossibilitando o desenvolvimento do modo de produção capitalista nos moldes verificados nos países centrais”.

Perante os fatos, o crescimento da participação das MPEs nos setores de serviços e comércio é um aspecto importante para entender o papel que desempenham no decurso das relações sociais, econômicas e políticas que moldam o funcionamento das atividades a partir

de um conjunto de elementos. Nessa esteira, ponderar estratégias eficientes e análises críticas condizentes à realidade das organizações de menor porte implica também averiguar sua participação nas transformações ocorridas com o avanço da globalização e da internacionalização do capital.

Para tratar dos impasses na adaptação, crescimento e sobrevivência das pequenas unidades organizativas, a análise de tais aspectos, relacionados às características e condições externas, auxilia na construção de uma perspectiva extrínseca a respeito da natureza e da dinâmica dessas empresas, descritas não somente a partir do funcionamento interno, mas de modo a considerar uma gama de fatores externos que produzem oportunidades ou ameaças e afetam profundamente o ambiente no qual os diferentes tipos de empresas operam.

Caio Prado Jr. (1981) em “História Econômica do Brasil”, oferece uma análise da composição das atividades que marcam os primórdios do período colonial na América do Sul e esclarece alguns pressupostos das agendas de mercado que se instalaram desde a chegada dos europeus no território brasileiro. Ao passo que nas dinâmicas de ocupação da parte setentrional da América do Norte se estabeleceram europeus em busca de nova vida, há um contraste considerável quanto às vias adotadas no restante do continente. Prado Jr. (1981) observa como a formação da sociedade e da economia brasileira em tal período, marcado pelo cultivo da cana-de-açúcar, voltou-se ao fornecimento de produtos específicos, com foco direcionado para o comércio europeu e sem grandes interesses em demandas da população, já que não havia matéria prima suficiente para atrair a vinda de ocupantes em larga escala. Sobre a *razão exterior* em que se constituem as atividades de exportação, Prado Jr. ressalta:

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais complexa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu (Prado Jr., 1981, p. 14).

Diante da necessidade de fornecer subsistência à população que se concentrava nas grandes lavouras, outras culturas alimentares eram empregadas subsidiariamente, de antemão nas mesmas propriedades em que funcionavam os engenhos. Contudo, apesar do número reduzido de residentes fixos nos centros urbanos, esses que lá estavam não dispunham de organização que atendesse suas necessidades alimentares, por isso surgiram lavouras de unidades menores e produtores autônomos. Furtado (2005, p. 50) sublinha que nessa etapa de instalação a “captura e o comércio do indígena vieram constituir, assim, a primeira atividade econômica estável dos grupos de população não dedicados à indústria açucareira”. Tais colonos, favorecidos pelos hábitos das indígenas, como o caso do milho e da mandioca, operaram naquilo que Prado Jr. (1981) chama de pequena agricultura de subsistência.

Nesta conjuntura, passaram a coexistir duas categorias distintas no âmbito dos setores de produção: as atividades de exportação e as atividades acessórias que consistiam em meios de

“manter em funcionamento aquela economia de exportação” (Prado Jr., 1981, p. 26). Assim, a razão do sistema colonial mercantilista se projeta desde a introdução das unidades de pequenos comércios no Brasil, cuja condição de colônia definiu séculos de movimentação do mercado interno em prol dos interesses do grande comércio exterior.

Furtado (2005) indica a mudança na relevância dos pequenos negócios no final do século XVII, quando em razão da decadência da cana-de-açúcar, propagaram-se no nordeste as produções de algodão formadas por pequenos empreendimentos ao ponto de gerar crises no abastecimento alimentar que culminaram em medidas de proibição para a cultura do algodoeiro. Alguns desses cultivadores se viram então compelidos a migrar para a produção de alimentos de subsistência.

Já por volta de 1690, bandeirantes e exploradores encontraram depósitos significativos de ouro, dando início a uma corrida em busca desse metal precioso, o que fez crescer o número de imigrantes. Além da formação de numerosos povoados e cidades nas áreas de mineração, houve implicações significativas na dinâmica dos negócios, permitindo o surgimento de empreendimentos de menor investimento. Os métodos de mineração mais artesanais e acessíveis utilizavam técnicas menos intensivas em capital. Isso permitiu que pequenos mineradores e empreendedores independentes participassem da extração do ouro. “A economia mineira abriu um ciclo migratório europeu totalmente novo para a colônia. Dadas suas características, a economia mineira brasileira oferecia possibilidades a pessoas de recursos limitados, pois não se exploravam grandes minas” (Furtado, 2005, p. 78).

Os novos ciclos migratórios permitiram uma expansão dos setores de subsistência. A substituição de produtos europeus por alimentos consumidos pelos indígenas impulsionou a produção de alimentos variados, assim como a busca por oportunidades de novos empreendimentos que admitissem mão-de-obra reduzida diante do crescimento populacional. Havia uma demanda crescente por uma variedade de serviços e produtos de artesãos, pequenos agricultores e comerciantes. É possível observar que empresas de pequeno porte aparecem cada vez mais presentes na história do país, o que permanece após o declínio do ciclo do ouro que deu lugar a outros ciclos econômicos como o do café. Com a chegada da família real portuguesa no início do século XIX a produção interna dos produtos para subsistência se converte em um sistema de abastecimento interligado, pequenos produtores são mobilizados em diversas regiões e amplia-se variavelmente a oferta de produtos locais, incluindo alimentos, ervas, flores e frutas (Prado Jr, 1981).

Apesar de não terem sido marcantes para a economia nos primeiros séculos, os pequenos empreendimentos participaram desde a atividade produtiva colonial, quando o modo de exploração no Brasil era em larga escala e de produtos com grande valor comercial, como o tabaco, algodão, açúcar, borracha, entre outros. Vistas em seu conjunto, as atividades do

comércio de pequeno porte caracterizam-se historicamente pela função de atuar em proveito do comércio europeu. Como está colocado por Prado Jr (1981), que atento ao papel fundamental desempenhado por essas atividades na manutenção das atividades de exportação, as define como atividades acessórias.

Dessa forma, a composição inicial das atividades de mercado, mesmo os produtos de manufatura denunciam uma situação de dependência externa, em que se explorava o território brasileiro para atender aos interesses de fora. Prado Jr (1981, p. 26) chama atenção para os objetivos externos dessa articulação, a qual gravou sua influência na estrutura social e econômica do Brasil: “Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde, ouro e diamante; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu”. Por isso, faz-se relevante reconhecer como este processo de desenvolvimento histórico está marcado pela sujeição aos mercados dominantes internacionalmente, para os quais desde o princípio a categoria das MPEs brasileiras prestou serviços subsidiários.

Dado o panorama histórico sobre a origem e as características inaugurais das pequenas empresas no Brasil, é certo que, desde a Revolução Industrial, esses empreendimentos passaram por um processo de expansão e diversificação a nível mundial. A era da globalização, aliada às mutações tecnológicas das últimas décadas, acelerou a atuação das MPEs por meio da ofensiva neoliberal. Estas empresas se consolidaram na contemporaneidade entre setores e regiões de aspectos heterogêneos. Sua presença dinamizou alguns aspectos do desenvolvimento regional por meio de receita e geração de emprego. Sob a ótica das políticas públicas e dos arranjos institucionais, o empreendedorismo despontou como um fator crucial e recurso estratégico em estímulo ao crescimento econômico e agindo pela garantia do sucesso do mercado globalizado.

Levantamentos realizados em 2024, pelo *Mapa das Empresas*, ferramenta utilizada pela Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia (Sepec/ME), apontam que atualmente existem no país cerca de 21.738.420 empresas ativas, das quais 81% das atividades correspondem ao setor terciário, como comércio e serviços, onde predominam empresas de pequeno porte. As MPEs têm um faturamento anual que, embora limitado, cumulativamente representa uma parte significativa da economia. De acordo com a Agência Sebrae (2024), 30% do valor adicionado ao PIB no Brasil depende da operação dessas empresas, que além de protagonizarem os setores de comércio e serviços, são responsáveis por mais da metade dos empregos formais na esfera privada e garantem cerca de 80% das vagas de emprego no país, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Ademais, em conjunto com as médias empresas, as MPEs representam aproximadamente 90% de todos os negócios em funcionamento.

Entretanto, o grupo de destaque segundo os dados do 1º Mapa das Empresas de 2024 corresponde aos Microempreendedores Individuais (MEIs), ou seja, os pequenos empresários

que possuem CNPJ e trabalham por conta própria ou com no máximo um empregado. Os MEIs, conforme aponta o mapa, constituem 56,5% dos negócios ativos e formam ao total 12.281.582 das empresas cadastradas no Brasil. Estes pequenos empresários cujo faturamento limite é de R\$81.000,00 por ano, estão abarcados no grupo das MPEs e portanto se enquadram na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa e podem aderir ao Simples Nacional.

Nesse contexto, em comparação a países como Estados Unidos e França onde as pequenas empresas equivalem a mais de 50% do PIB, as MPEs brasileiras, embora apresentem números em crescente elevação, ainda encontram limitações que tendem a repercutir negativas na adaptação e flexibilidade devido a um meio competitivo e ambiente regulatório desencorajador. Tamanha influência de fatores externos acaba por prejudicar a manutenção e a criação de soluções para as MPEs e provoca um cenário de cultura organizacional que exige mais do que estratégias internas para aprimorar a gestão e a produtividade, antes é necessário garantir sobrevivência frente aos desestímulos do mercado global e a falta de garantias e de acesso a componentes elementares, tais como crédito, capacitação e alcance de suprimentos que viabilizem melhores resultados.

### **3 O PAPEL DO PEQUENO EMPRESÁRIO FACE A OFENSIVA DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS NO BRASIL**

As transformações globais no período pós-Segunda Guerra Mundial culminaram no que se pode denominar de reforma neoliberal do Estado brasileiro. Esse processo foi delineado na década de 1990, com a abertura econômica promovida pelo governo Collor e, posteriormente, pelo Plano Real, consolidado durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso (Cerqueira, 2008). A economia nacional passou a adotar uma nova orientação, marcada pela promoção de privatizações, desnacionalização de grandes empresas estatais, incentivo ao livre mercado e redução de barreiras ao comércio exterior. Inspirado nas políticas implementadas em países europeus, nos Estados Unidos e em outras nações latino-americanas, o projeto neoliberal no Brasil alterou as relações de produção, influenciando também a maneira como as classes médias concebem seu papel e buscam alternativas para inserção econômica.

O neoliberalismo econômico se baseia na ideia de que o mercado é o regulador mais eficiente da economia e que a competitividade e o empreendedorismo individual são os motores do crescimento. Nessa direção, as novas convenções econômicas implementaram uma política de desestatização na qual a redistribuição social característica do Estado de bem-estar acanhou-se. Cerqueira (2008, p. 176) argumenta que para facilitar a competição e o livre mercado entre as nações houve a “retirada do Estado, tanto do papel de normatizador e regulador de questões econômicas e sociais como, ainda, na qualidade de agente produtivo, vendendo suas empresas”.

Obliquamente, ampliou-se a viabilização de transferência de recursos destinados a beneficiar e incentivar a participação de empresas na economia, o que acabou acentuando as disparidades de desigualdade de forma esmagadora, tanto entre países como entre empresas e pessoas físicas. Na prática, foram promovidas medidas focadas em reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos através das “reformas fiscais por parte do Estado, como forma de incentivar os agentes econômicos” (Cerqueira, 2008, p. 173).

Com isso, a agenda reformista perdeu espaço neste período e a chegada cada vez mais veloz de avanços tecnológicos afetou a dinâmica competitiva e alterou profundamente a estrutura industrial e os padrões de trabalho, exigindo maior adaptabilidade e introduzindo automação, inteligência artificial e novos processos produtivos, o que reduziu as oportunidades tradicionais de emprego. A reestruturação produtiva diminuiu o número de empregados nas indústrias e baixou a necessidade de gastos com encargos sociais, o que impôs mudanças radicais ao mercado de trabalho. Rocha (2008, p. 421) ressalta que devido a renovação da dinâmica econômica com a “progressiva redução do número de postos de trabalho oferecidos pelas grandes empresas, os empreendimentos de pequeno porte assumem uma importância cada vez maior como alternativa de ocupação para a população economicamente ativa”.

Em suma, as carreiras em grandes empresas, que tradicionalmente eram vistas como um símbolo de prestígio e estabilidade, perderam parte de seu apelo. Novas possibilidades surgiram e com isso parte da população passou a cogitar outras ocupações a partir do empreendedorismo e do estabelecimento de micro e pequenos negócios. Sob a racionalidade neoliberal, as micro e pequenas empresas se tornaram alternativas ao desemprego. Essa cultura que induz e alimenta o sonho de empreender e que mais recentemente no âmbito digital tomou proporções acachapantes, se estabeleceu alicerçada num reforço ao individualismo e ao empreendedorismo como uma via de prosperidade para diferentes camadas sociais, principalmente para a classe média, em termos de realização pessoal e autossuficiência econômica.

A narrativa neoliberal da liberdade de escolha e do mérito pessoal se estende reduzindo as medidas de suporte coletivo. É o caso das tentativas de desregulamentação de normas trabalhistas, além da atomização das massas e do enfraquecimento dos sindicatos, entre outras práticas as quais são efetuadas, de acordo com Cerqueira (2008, p. 183), “sempre dando passos avançados para uma clara política de abertura da economia para o capital internacional”. Essa ideologia, além de favorecer os grandes grupos multinacionais comumente sediados nos países mais desenvolvidos, incentiva a noção de que cada indivíduo é o principal responsável pelo próprio sucesso, difundindo a imagem do empreendedor de si mesmo de maneira pífida, em estímulo à competição e ao individualismo de modo que se imunize o capital e sejam minimizadas as responsabilidades do Estado com demandas como a geração de emprego e renda.

Dentro dessa perspectiva, Marilena Chaui (2020) demonstra que o neoliberalismo se distingue das demais manifestações do capitalismo. Segundo Chaui, o neoliberalismo vai além

da mera transição econômica do capital produtivo para o financeiro e representa, na realidade, uma alteração sociopolítica que reorganiza e totaliza a sociedade contemporânea. Essa transformação se manifesta na centralidade da lógica empresarial, que passa a ser adotada como modelo de organização não apenas para instituições econômicas, mas também para instituições públicas, culturais e sociais. Chaui enfatiza como tal lógica neoliberal molda a subjetividade da população ao promover o ideal do indivíduo-empresa, que internaliza valores como competitividade, eficiência e autorresponsabilidade numa espécie de interiorização da lógica de mercado, levando os sujeitos a se perceberem e agirem como empreendedores de si mesmos enquanto suas relações sociais e pessoais são submetidas a valores como produtividade, lucro e autogestão.

Chaui (2020) pontua que essa dinâmica alavanca uma sociedade profundamente individualista onde a noção de comunidade e solidariedade social se dissolve, sendo substituída pela atomização das massas. Nesse sentido, o desemprego e a terceirização deixam de ser fenômenos conjunturais para se tornarem estruturais, enquanto a rapidez das mudanças tecnológicas intensifica a rotatividade da mão de obra. Em consequência, o mercado de trabalho e a sociedade de consumo passam a operar com base em mecanismos de exclusão, criando um ciclo de precarização que reforça desigualdades e dificulta a formação de vínculos sociais e ações coletivas.

Assim, o Estado passa a ser também concebido como uma empresa. O Estado desloca sua ação ao reduzir o financiamento público a bens e serviços essenciais em via de redirecionar a riqueza pública para investimentos que atendem diretamente às exigências do capital. Com a mudança da agenda constitucional reformista para a agenda competitiva do capitalismo contemporâneo, a recondução dos sistemas produtivos exige que os negócios locais adaptem seus métodos de gestão e planejamento para se manterem competitivos face à intensificação da concorrência interna e da pressão de mercados internacionais. Em paralelo, trabalhadores assalariados dividem-se em setores menores e não mais articulados massivamente.

De acordo com a análise de Montaño (2001, p. 53), a hegemonia do neoliberalismo atua como uma “nova estratégia de legitimação do sistema capitalista” diante das contradições e ameaças ao sistema anunciadas nas décadas anteriores. Montaño argumenta que o Estado moderno, construído e fundamentado na lógica burguesa, é indissociável dos interesses do capital e trabalha para preservá-los. No entanto, o Estado precisa lidar com as conquistas de direitos que progressivamente têm fortalecido o protagonismo político das organizações de massa e ampliado o acesso à cidadania. Essa expansão dos direitos e da democracia representa riscos para as classes dominantes, pois a ampliação dos direitos sociais é incompatível com a lógica de acumulação capitalista.

Para tanto, os Estados populistas e de bem-estar social acabam desmantelados. No caso dos países latino-americanos primeiro com ofensivas reacionárias como foram as ditaduras militares, depois com a volta ao regime de democracia sob a tutela do modelo neoliberal alimentado pela “fantasia pós-moderna de uma sociedade hiper-heterogênea, composta de várias minorias contraditórias no lugar de um proletariado extenso, coerente e organizado” (Montaño, 2001, p. 70). Com isso, a redução do Estado é apenas uma aparência diante das novas exigências que permeiam as estratégias de “legitimação da lógica do capital dentro da órbita da sociedade civil” (Montaño, 2001, p. 55).

O novo projeto de Estado visaria não mais a demanda mas o fortalecimento da oferta. Ele se afasta dos valores nacionalistas a favor da abertura a investimentos estrangeiros para se recompor em novos termos, visando a maximização dos lucros a partir das variações das demandas de mercado, já que os rendimentos gerados por essas grandes corporações não são suficientes para cobrir todas as inovações tecnológicas que o próprio sistema cria. “Numa palavra: o neoliberalismo é o encolhimento do espaço público dos direitos e o alargamento do espaço privado dos interesses de mercado”, diz Chaui (2020, p. 312). Destarte, a ideologia neoliberal se sustenta no princípio de que o empreendedorismo é a chave para o sucesso individual, desconsiderando as desigualdades estruturais e a concentração de poder nas mãos das grandes corporações, que continuam a controlar e direcionar os recursos públicos em seu benefício.

Com a transição do modelo *fordista* para o *toyotista*, marcado por uma produção mais ajustada às oscilações do mercado, as relações tradicionais de assalariamento foram substituídas por práticas de subcontratação (Montaño, 2001). O toyotismo, ao priorizar a flexibilização da produção de acordo com a procura, dissolve o acúmulo de grandes estoques e provoca alta rotatividade somada à redução de custos trabalhistas. Essa prática contribuiu para o aumento do número de profissionais contratados como prestadores de serviço, em detrimento do emprego formal, favorecendo a proliferação de contratos temporários, terceirizações e a fragmentação da força de trabalho, o que, por sua vez, alimentou a expansão do empreendedorismo por necessidade.

No Brasil o impacto desse modelo pode ser visto no crescimento exponencial dos Microempreendedores Individuais (MEIs). Como mencionado anteriormente, esse grupo já corresponde a mais da metade das pequenas empresas formalizadas no país. Tal tendência atribui ao indivíduo a responsabilidade total pelo próprio sucesso e, como evidencia Chaui, é capaz de encobrir o

Desemprego estrutural por meio da chamada *uberização* do trabalho e por isso define o indivíduo não como membro de uma classe social, mas como um empreendimento, uma empresa individual ou “capital humano”, ou como empresário de si mesmo, destinado à competição mortal em todas as organizações, dominado pelo princípio universal da concorrência disfarçada sob o nome de meritocracia (Chaui, 2020, p. 321).

Desse modo, Montaño (2001) situa as MPEs como um fenômeno socioeconômico e político de relevância sistêmica para o capitalismo atual. Esse fenômeno reflete tanto a tentativa de sobrevivência econômica em um mercado cada vez mais competitivo quanto a resposta a uma política que promove o empreendedorismo como solução paliativa para o desemprego estrutural. No contexto atual, Montaño (2001, p. 74) aponta que “a opção estratégica radica em promover o auto-emprego”. Para isso, o Estado vê-se na necessidade de responder às questões sociais causadas pela crescente precarização das relações de trabalho como um mecanismo de apaziguamento dos conflitos gerados pela crise do emprego assalariado, sem, no entanto, comprometer o alinhamento do país às exigências do capitalismo global.

Assim, o fortalecimento das MPEs funciona como componente fundamental dessa nova configuração. Numa abordagem que intenta abafar as tensões sociais e garantir a continuidade do sistema econômico, as MPEs absorvem a massa de ex-assalariados como parte de uma alternativa de legitimação do modelo capitalista a fim de mitigar os impactos da instabilidade no mercado de trabalho e preservar a coesão social. Montaño (2001) complementa que a promoção da formação de pequenas organizações se dá por meio da criação, pelo Estado, de condições sociais e financeiras favoráveis, como a desburocratização, a concessão de isenções fiscais e o acesso a créditos mais acessíveis. Além disso, incentivos à terceirização e à organização de setores por meio de instituições de apoio, como o SEBRAE, são fundamentais. Essas instituições oferecem crédito, capacitação e assessoria, como medidas compensatórias que fortalecem as MPEs e concomitantemente ajudam a minimizar os impactos da perda de direitos trabalhistas.

Ademais, Montaño (2001) destaca que também há interesse do capital em apoiar e fomentar as MPEs, dado que estas se mostram economicamente eficientes na redução de custos. Montaño explica que uma das formas que os micro e pequenos negócios podem assumir no cenário econômico é a de empresa satélite, ou seja, aquelas que operam em vínculo direto de subordinação a médias ou grandes corporações. Diferentemente das MPEs que lidam com o consumidor direto, essas empresas atuam como fornecedoras de bens ou serviços para médias e grandes corporações. Estas últimas adotam a estratégia de optar pela indústria mínima, adquirindo produtos de empresas subcontratadas, o que lhes permite reduzir encargos sociais, desvincular-se da responsabilidade pelo sustento dos trabalhadores, evitar perdas decorrentes de falhas produtivas e eliminar custos relacionados à manutenção de uma força de trabalho própria.

Por outro lado, os pequenos empresários, muitos ex-trabalhadores assalariados, enfrentam diversas dificuldades, em grande parte pela pouca margem para negociar preços ou termos de compra. Nesses casos, o mercado da MPE satélite se reduz praticamente à empresa contratante, sem autonomia para criar ou diversificar seus próprios consumidores. Assim, o pequeno empresário não possui controle sobre as condições de venda e permanece restrito às exigências e

limitações impostas pela grande empresa. Todavia acabam aceitando desvantagens porque, ao produzirem bens ou serviços para as empresas matriz, geralmente como fornecedores de produtos intermediários, ficam sujeitados a um ambiente limitado. Essas pequenas empresas, subordinadas e com insuficiente desenvolvimento tecnológico, frequentemente vendem seus produtos a preços que mal superam os custos de produção (Montaño, 2001).

Como resultado da reestruturação produtiva baseada na acumulação flexível as grandes empresas passam a delegar funções periféricas às MPEs. Tal dinâmica elimina a necessidade de estender diretamente as jornadas de trabalho e manter grandes quadros de empregados. A subcontratação de MPEs age, assim, “como um protetor das grandes corporações contra as flutuações do mercado” (Montaño, 2001, p. 30). Dessa maneira, as grandes corporações terceirizam parte significativa de sua produção, empregando forças de trabalho que podem ser demitidas com mais facilidade e ampliando a parcela da produção realizada fora da empresa matriz.

Essa relação de dependência facilita que o excedente econômico gerado pelas MPEs satélites continue sendo apropriado pelos grandes empresários (Montaño, 2001). A acumulação ampliada de capital ocorre a favor das grandes corporações independentemente de a produção ser realizada internamente pelas GEs ou de forma terceirizada. Afinal, “o valor é criado na esfera produtiva, e a legitimação da apropriação e a realização do sobrevalor ocorrem no mercado” (Montaño, 2001, p. 39). Nesse arranjo, apesar de serem pequenas unidades produtivas, as MPEs não têm autonomia para criar os consumidores de seus produtos. Isso reforça a posição subordinada das MPEs satélites, que dependem integralmente do vínculo com as grandes empresas para sobreviverem.

Para Montaño (2001), além da vantagem econômica com a redução de custos e aumento de lucros para as grandes corporações, a promoção de MPEs pelo grande capital carrega também um interesse de dimensão política característico da configuração neoliberal. A expansão das MPEs contribui para a fragmentação da força de trabalho que, embora sob uma nova aparência, continua sendo atravessada pela exploração em função da acumulação de excedentes.

Daí surgem novas classes de trabalhadores, não apenas com uma mudança no campo de trabalho, mas com uma redefinição das relações de classe marcada pela atomização e concorrência interna. visto que os trabalhadores, agora transformados em pequenos empresários, deixam de se reconhecer como parte de uma classe trabalhadora unificada, a resistência coletiva se desarticula. A exemplo têm-se a redução das organizações sindicais desde os últimos rumos tomados pela globalização. Para além de uma estratégia de sobrevivência ao desemprego, as MPEs se apresentam como uma alternativa para os interesses das classes hegemônicas como “parte da estratégia neoliberal para reverter os efeitos negativos da crise, facilitando a reestruturação produtiva em face da globalização” (Montaño, 2001, p. 99).

Dado o contexto, mesmo que o proprietário da microempresa seja visto como um empresário, sua condição de classe não se configura de maneira simples. O pequeno empresário passa a adotar uma identidade ambígua e sendo ele ao mesmo tempo empresário e trabalhador, assume a responsabilidade de gerir seus próprios negócios e arcar com os riscos financeiros independente da condição de necessidade pela qual surge o empreendimento. Chauí (2020) descreve como o empresário da microempresa é, na prática, um trabalhador que se auto emprega e que faz parte da formação de novas classes. Chauí destaca que aí se origina a classe que vai receber o nome de *precariado* para indicar a condição daquele “novo trabalhador sem emprego estável, sem contrato de trabalho, sem sindicalização, sem seguridade social, e que não é simplesmente o trabalhador pobre” (Chauí, 2020, p. 323).

Nesse sentido, o pequeno empresário pode substancialmente ser percebido mais como trabalhador do que como capitalista. Sua atuação se realiza ainda subordinada aos interesses dos grandes capitalistas. É possível de fato pensar no empresário de uma MPE como alguém que vive do próprio trabalho, apesar de gerenciador ou administrador de meios de produção (Rocha, 2008). A produção em questão é, na maioria das vezes, voltada para cobrir custos de operação e garantir uma subsistência, e não para a acumulação de capital.

Diante da complexidade da identidade socioeconômica das MPEs, Montañó (2001) delinea que embora na aparência o pequeno empreendedor, geralmente participe na atividade produtiva, esteja mais identificado ao capitalista, sua essência mais próxima do trabalhador o acarreta uma situação de subsistência. Vende-se para comprar sem efetivamente se afastar em termos de lucro das condições iniciais. Por isso, as tentativas de apoio aos pequenos negócios que não tentam compreendê-los dentro de um sistema econômico-produtivo com importância social, política e econômica para perpetuação de tal ordem, acabam oferecendo alcances muito isolados tendo em conta a heterogeneidade da categoria.

Conforme Cerqueira (2008, p. 177), na fase atual do capitalismo, a acumulação ampliada de capital dita o movimento do capital financeiro em benefício dos grandes grupos multinacionais através da manutenção de “proteções não-tarifárias presentes no comércio internacional que prejudicam, notadamente, a América Latina e os países do terceiro mundo”. Cerqueira (2008) salienta que dessa forma grupos de poucas empresas controlam o panorama global, enunciando um grau inédito de concentração econômica. A concorrência desigual entre os setores econômicos permite às empresas transnacionais um acesso efetivo ao mercado mundial, à proporção que agrava as chances de falência das pequenas e médias empresas deslocadas das barreiras protecionistas.

Ruy Mauro Marini (1992), ao tratar da teoria da dependência propõe uma interpretação do capitalismo latino-americano que demonstra como o movimento de inserção na economia globalizada, desde o processo de industrialização dos países subdesenvolvidos, se associa a

emergência de centros e subcentros econômicos e políticos para o atendimento de demandas de alargamento da superexploração da força de trabalho, ao que responde uma ampliação da vulnerabilidade para os chamados países periféricos da acumulação mundial. Conforme a teoria do capitalismo dependente, na condição de país subdesenvolvido o Brasil participa do mercado globalizado, mas o faz em condições de subordinação que vão além das relações mercantis, tendo como fatores constitutivos de tal estrutura os fluxos internacionais de capital e a dependência tecnológica. O processo produtivo torna-se integrado enquanto o excedente econômico gerado nas economias dependentes não permanece local, mas é direcionado para os grandes centros capitalistas.

Nessa ótica, ocorre aí uma transferência de valor que determina o desenvolvimento de algumas regiões em detrimento das nações periféricas, as quais apenas conseguem crescer economicamente à medida que os países centrais e auto-suficientes expandem suas economias. Marini (1992) indica que à luz de um cenário global já moldado pela hegemonia de grandes conglomerados econômicos, a busca por competitividade global reforçou a lógica de dependência e reduziu a atenção aos mercados internos, enfraquecendo a capacidade estatal de promover políticas sociais de grande alcance.

Com efeito, nota-se que do ponto de vista fundamentado por Marini (1992), as economias latino-americanas encontram-se limitadas por um esquema de divisão internacional do trabalho que, embora apresente novos arranjos, mantém transferências de valor circulares ou diretas apoiadas em demandas externas e dotadas de características estruturais agravantes dos entraves sofridos pelos setores mais frágeis situados nos países fora do eixo central de acumulação. A partir da contribuição teórica de Marini sobre as relações entre as esferas da circulação global, Duarte acrescenta:

O capital estrangeiro assume na América Latina a função de se apropriar do mais-valor criado dentro de cada economia nacional, mediante empréstimos públicos e privados, financiamentos, aplicações em ações e investimentos diretos, reforçando a dependência das economias latino-americanas em relação aos recursos gerados no setor exportador, sendo este o principal dinamizador das economias internas (Duarte, 2021, p. 144).

A conjuntura pela qual se desenvolve a integração latino-americana na economia mundial parece de todo relevante à problemática das MPEs pelas consequências da localização e participação do Brasil perante a transferência de renda entre regiões e a refuncionalização das relações após os projetos neoliberais. Os interesses da burguesia internacional impostos diante de uma abertura indiscriminada ao exterior aliam-se ao neoliberalismo, sendo este “a arma que utilizam os grandes centros capitalistas e a fração moderna das burguesias nacionais para impor sua hegemonia no plano político” (Marini, 1992, p. 56).

Por conseguinte, com a privatização dos direitos sociais através do fenômeno da financeirização, ocorre uma reorganização da base produtiva que, ao mesmo tempo, intensifica a transferência de valor em direção aos países centrais. Essa dinâmica, fortalecida pelas políticas de ajuste fiscal, resulta na subordinação das políticas sociais às exigências do mercado financeiro (Brettas, 2017). O Estado nas economias dependentes está submetido aos interesses das classes dominantes dos países centrais, principalmente a partir dos quadros de relações desiguais promovidos pelo neoliberalismo que culminam na fragmentação e desarticulação de esferas sociais.

Posto que o capitalismo dependente, por ter como elemento central a exclusão, acaba incapaz de absorver no mercado de trabalho parte da população, a nova classe trabalhadora vem a ser mais fragmentada, heterogênea e complexa (Okusiro, 2023). Portanto, termos como a *uberização do trabalho* são eficientes em caracterizar os processos de mutações tecnológicas pelos quais se perpetuam as relações de exploração e a divisão e concentração de capital em nível global. Embora os trabalhadores de aplicativos não sejam formalmente empresários, eles operam dentro da lógica da atividade empresarial, que é incentivada em suas diversas formas, sempre associada à noção de sucesso individual, competição desenfreada e consumismo (Chauí, 2020).

As plataformas digitais passam a desempenhar um papel central nas alternativas de auto-emprego, reduzindo a relação laboral a um contrato supostamente voluntário, o que disfarça a precarização do trabalho como uma forma de autonomia. Contudo, essa dinâmica "acarreta, inexoravelmente, uma maior dependência dos países fornecedores de mão de obra em relação àqueles exportadores de inovações tecnológicas" (Okusiro, 2023, p. 285).

Assim, ao analisarmos as formações econômico-sociais às quais as MPEs brasileiras estão submetidas, podemos afirmar que o grande capital e o pequeno desempenham funções complementares no processo de acumulação capitalista. Embora as políticas regidas pela lógica de mercado favoreçam as grandes empresas, cuja vantagem competitiva é esmagadora em relação às MPEs, estas continuam a se multiplicar, ainda que na condição de complementares às grandes corporações ou adaptando-se às condições estabelecidas para garantir sua sobrevivência. Dessa forma, longe de romper com a lógica da centralização, as pequenas empresas preservam vínculos funcionais, muitas vezes de dependência ou subordinação, mas que consolidam sua posição no sistema produtivo. Esse cenário confere ao pequeno empresário uma condição contraditória, porém de profunda relevância para a economia nacional.

#### **4 DESAFIOS E ESTÍMULOS PARA A SOBREVIVÊNCIA NO MERCADO GLOBALIZADO**

As análises sobre empreendedorismo no Brasil frequentemente ressaltam as dificuldades em abrir e principalmente em garantir a sobrevivência das empresas, como também a importância de implementar políticas públicas que favoreçam o setor e promovam o crescimento do país. Os indicadores das últimas décadas revelam uma demanda premente por aprimoramento desses incentivos, os quais se configuram como um dos principais desafios para os governantes. Esses desafios incluem acesso restrito a financiamentos, competição desigual com grandes corporações e a necessidade de adaptação a um ambiente de mercado globalizado, no qual se evidenciam relações desiguais e condições de subordinação.

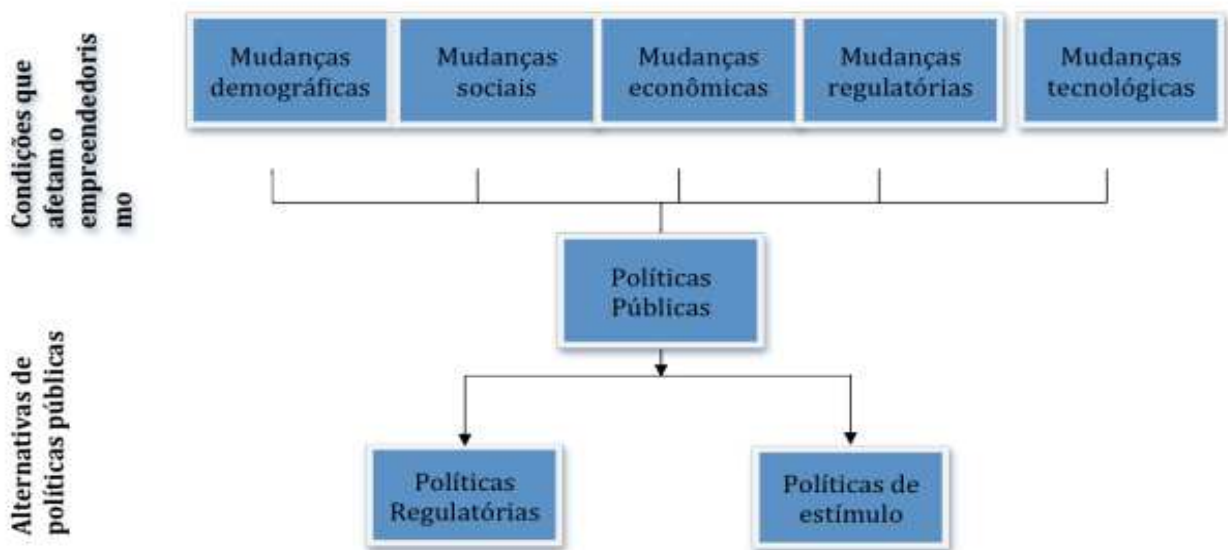
Entre os fatores que contribuem para a mortalidade elevada das MPEs, Oliveira et al. (2022) destacam três direções principais que influenciam o fechamento precoce dos pequenos negócios: primeiro, as questões relacionadas ao empreendedor e à gestão empresarial, como a capacitação e a experiência no ramo; segundo, o tipo de negócio, que determina o acesso a crédito e a adoção de inovações tecnológicas necessárias para a competitividade; e, por último, o ambiente externo, o qual envolve fatores como políticas públicas, dinâmica do mercado, concorrência, carga tributária e demanda dos clientes. Embora esses aspectos sejam relevantes, o foco central do nosso trabalho está na análise do ambiente externo, em especial nas dinâmicas do mercado globalizado que exercem uma pressão decisiva para a sobrevivência das MPEs no contexto atual, dado o impacto das condições econômicas e políticas no seu desempenho e continuidade.

Gilberto Sarfati (2013) estudou casos do Brasil, Canadá, Chile, Irlanda e Itália em perspectiva comparada considerando os estágios de desenvolvimento econômico desses países. A partir disso, Sarfati indica no plano internacional a prevalência de opiniões divergentes acerca da aplicação de políticas públicas para fomento das MPEs. Pesquisas ao redor do mundo apontam falta de evidências decisivas quanto ao crescimento econômico, já que se observam influências positivas causadas pela atividade empreendedora em economias desenvolvidas, enquanto nos países pobres os resultados podem demonstrar efeitos negativos. Surgem então algumas dúvidas quanto à eficiência dos incentivos às MPEs, pois as empresas de grande porte possuem maior facilidade em promover empregos com estabilidade e ganhos em escala.

Por outro lado, a partir dos *estágios de desenvolvimento econômico* enumerados por Porter, - 1) estágio movido por fatores de produção, 2) estágio movido pela eficiência, 3) estágio movido pela inovação - Sarfati (2013, p. 20) destaca que as economias qualificadas no estágio de inovação, apesar de utilizarem menos políticas de impulso por serem desenvolvidas e estáveis, ainda empregam mais alternativas políticas de empreendedorismo do que os países estimados no estágio da eficiência ou fatores de produção. Conforme Sarfati, “à medida que o país ganha estabilidade econômica e infraestrutura passa a se notar uma relação positiva entre crescimento econômico e atividade empreendedora”.

Nessa linha, o autor sugere algumas disposições fundamentais que atingem a capacidade das políticas voltadas para as MPEs. Dentre tais aspectos estão as relações comerciais com outros países, além do nível de preparo, desenvolvimento humano, acesso a tecnologias etc. Sarfati apresenta a divisão desses condicionantes em cinco grupos, os quais segundo o autor resultam em dois tipos de políticas: as regulatórias que podem ser desfavoráveis às MPEs e as de estímulo que ampliam as oportunidades no âmbito empreendedor, porém estas comumente dependem de um ambiente regulatório que permita o bom andamento das atividades. A Figura 1 a seguir, ilustra essa fala do autor.

Figura 1 Principais condicionantes e tipos de políticas



Fonte: Sarfati, 2013

As políticas regulatórias, associadas facilmente à burocracia estatal, estabelecem regras para normatizar comportamentos em um âmbito mais amplo. Porém, embora essas políticas visem o interesse coletivo de diversos grupos, elas acabam, ainda que de forma indireta, favorecendo certos segmentos da sociedade. Como explica Sarfati (2013, p. 22) “As políticas regulatórias tendem a afetar de forma indiscriminada as MPMEs e o empreendedorismo enquanto que as de estímulo tendem a fomentar o surgimento de empreendedores de alto impacto”. Entre as normas colocadas pelas políticas regulatórias o autor destaca medidas como as que influenciam a liquidez e disponibilidade de capital, incluindo as taxas de juros, as regras trabalhistas e sociais, a tributação, o acesso a financiamento e outras disposições econômicas e fiscais.

No caso das políticas de estímulo Sarfati (2013) salienta que ainda hoje o principal impulsionador de incentivo às MPEs é o SEBRAE, entidade que nasceu com a criação do Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (CEBRAE) fundado em 1972 por iniciativa do BNDE e do Ministério de Planejamento, o qual em 1990 se desvinculou da esfera governamental

e transformou-se num serviço social autônomo denominado SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. O SEBRAE alcança todos os estados federativos e é mantido por repasses obrigatórios direcionados de empresas maiores para o apoio aos pequenos negócios através de medidas como acesso a créditos, formalização, treinamentos, cursos, promoção de feiras e redes de cooperação.

Além disso, o SEBRAE teve destaque como figura central do movimento que resultou numa das grandes mudanças em relação ao tratamento de políticas públicas direcionadas às MPEs: a aprovação da Lei 9.841/99 pelo Congresso Nacional, identificada como Estatuto da Micro e Pequena Empresa que despontou “regulando aspectos como relações de trabalho, linhas de crédito e criando o Fórum Permanente da Micro e Pequenas Empresas dentro da estrutura do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)” (Sarfati, 2013, p. 25). Posteriormente a Lei 9.841/99 foi revogada pela Lei Complementar nº 123/06, donde foi instituído o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, que definiu “normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (Sarfati, 2013, p. 25).

Sereno, Saiani e Ribeiro (2022) indicam que a implementação do Simples Nacional teve um impacto positivo na redução da taxa de falência das MPEs brasileiras. Os dados analisados, com séries temporais entre 2005 e 2017, mostram que a Lei complementar nº 123/06 - ou Simples Nacional - pode ser reconhecida como uma das políticas públicas que efetivamente possibilitou o fortalecimento das MPEs com a simplificação da tributação, melhorando a situação de competitividade das MPEs no mercado.

No campo dos estímulos por meio de créditos e financiamento, existem programas variados em todas as esferas do governo, com destaque pras linhas de crédito repassadas por bancos comerciais (Sarfati, 2013). Dentre os principais agentes financeiros que executam essas operações, o Banco do Brasil e o Bradesco se sobressaem, liderando em volume de atendimento às MPEs no Brasil (Rocha, 2008). Esses bancos analisam o crédito e a viabilidade econômica dos processos de aprovação e liberação de empréstimos para microempresas e empresas de pequeno porte, que, de acordo com estudo recente da McKinsey & Company (2022) permanecem não prioritárias para grandes instituições financeiras. Sabe-se que parte das microempresas que almejam obter algum tipo de crédito ainda se deparam com as altas taxas de juros, afastando-lhes essa possibilidade (Rocha, 2008). Historicamente voltadas às grandes corporações, essas instituições enfrentam desafios para desenvolver modelos de negócios lucrativos e adaptados às necessidades dos pequenos empresários. “Com altas taxas de inadimplência e mortalidade, e um retorno sobre investimento inferior às empresas maiores, o setor de Pequenas e Micro empresas representa atualmente apenas 9% do volume total emprestado no país” (McKinsey & Company, 2022).

A questão do progresso técnico, como apresentada anteriormente, está colocada enquanto condicionante da intensificação das relações de dependência entre o centro e a periferia globais. Contudo, Maria da Conceição Tavares (2000) mostra que, embora o progresso técnico marque a expansão da economia mundial, é a aliança entre o poder dos banqueiros e o poder do Estado que direciona o padrão monetário internacional como constituinte fundamental na evolução das relações de dominação dos centros hegemônicos sobre as periferias. Assim, a centralidade do capital financeiro no enquadramento das potências de capitalismo tardio passa para uma “ênfase maior ao dinheiro internacional – e não ao progresso técnico – como expressão do nexo de dominação do capital financeiro sobre a periferia” (Tavares, 2000, p. 133).

A expansão da dívida externa e a crescente dependência do crédito externo têm um impacto direto no custo do crédito interno, afetando negativamente as empresas, especialmente as MPEs. No entanto, McKinsey & Company (2022) atestam movimentos relevantes de mudança nos estímulos via crédito pelo surgimento de tendências novas ao cenário das MPEs, como é o caso das modificações de comportamento digital desde a crise sanitária de Covid-19 e as medidas de apoio tomadas diante da nova realidade. Em decorrência do isolamento social, a transformação digital se acelerou e a “adoção de meios digitais deu um enorme salto nos níveis organizacionais e industriais” (Raposo e Monte, 2024, p. 2).

Com os abalos na forma de funcionamento das empresas, as MPEs se viram obrigadas a percorrer estratégias de migração da forma de atendimento para o ambiente virtual. Nesse sentido, a inclusão das MPEs no meio digital tornou-se impositiva e como consequência de obstáculos como falta de conhecimento tecnológico e insegurança, nem todos os negócios conseguiram encontrar funcionalidade nas plataformas de modo a assegurar a capilaridade dos estabelecimentos. Em mais um evento de céleres mutações tecnológicas, aquelas empresas que conseguiram inovar tiveram menos perda de receita (Silva et al., 2021). Ademais, com a larga taxa de desemprego decorrente da crise sanitária, dados do ministério da economia apontaram crescimento recorde na busca de abertura de empresas como alternativa de renda, “Mais de 3 milhões de empresas foram abertas, em contrapartida, nesse mesmo período, pouco mais de um milhão foram fechadas” (Silva et al., 2021).

Para McKinsey & Company (2022), o cenário de carência de programas governamentais direcionados às pequenas unidades vêm se alterando desde a necessidade de responder às sequelas da pandemia. O estudo destaca dentre os programas de fomento o PRONAMPE do governo federal, assim como “o PEAC Maquininhas e a chamada pública de seleção de fundos de crédito para PMEs, ambos do BNDES” (McKinsey & Company, 2022).

Porém, para o devido enfrentamento das crises e dos desafios econômicos explicitados até aqui, no contexto do capitalismo mundial, os tipos de apoio institucionalmente desenvolvidos na forma de serviços financeiros, administrativos e técnicos só podem responder às demandas do

setor com eficiência desde que se perceba que o atual quadro das MPEs “mais que uma consequência das características do proprietário - certamente relevantes -, depende de um sistema socioeconômico e político, no qual se há dificuldades, por exemplo, de comercialização” (Montaño, 2001, p. 103).

Com efeito, para que o dispêndio de energias e recursos não se mostre inútil, a avaliação das causas das travas no ciclo vital das MPEs não se limita à condução empresarial, quando muitas vezes a capacitação é infrutífera se não houver melhorias efetivas nas “condições de crédito, de acesso a mercados novos, de preços nos insumos, materiais e máquinas etc” (Montaño, 2001, p. 105). Ele também afirma que qualquer tipo de proposta que pretenda intervir um apoio às MPEs precisa levar em conta alguns lineamentos sobre os tipos de isolamento fundamentais na dificuldade em enfrentar o mercado, que os coloca a partir de dois pontos de vista: o isolamento referente à estrutura representativa (sistema político-econômico) e o isolamento referente à estrutura produtivo-distributiva (sistema econômico-produtivo).

Isto leva a pensar em mudanças para as MPEs que transcendam o âmbito intra-organizacional e se estendam para uma rede de maior alcance. De acordo com Montaño, o apoio isolado às pequenas empresas é insuficiente, pois não fomenta uma integração horizontal entre elas, nem promove a interação interorganizacional, o que poderia ajudar a superar o isolamento econômico e produtivo. Mais do que isso, tal apoio não intervém no sistema socioeconômico e político, que, se fortalecido, possibilitaria a transformação do empresário de uma MPE em um sujeito político e econômico mais robusto e ativo, capaz de influenciar as dinâmicas mais amplas do mercado e da sociedade.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como mencionado na introdução do artigo, uma análise crítica da atuação das MPEs brasileiras no contexto do capitalismo contemporâneo demanda uma investigação a respeito das condições político-econômicas que moldaram os países da América Latina, com destaque para o Brasil. Nessas nações, marcadas pela posição de dependência estrutural, as pequenas empresas enfrentam desafios que extrapolam as questões internas ou gerenciais. As MPEs inseridas em economias periféricas e portanto dependentes em relação aos centros de poder econômico, acabam vulneráveis à medida que carecem de controle sobre o mercado em que atuam e enfrentam concorrência desproporcional.

A implementação ortodoxa do neoliberalismo nas décadas recentes tem em seus efeitos a relação desigual entre os grandes centros de acumulação de capital e as nações periféricas, resultando na concentração de lucros em pólos centrais e no enfraquecimento das economias locais. Tendo como resultado da internacionalização da acumulação capitalista uma dinâmica hierárquica, cujo modelo resulta em subcentros políticos e econômicos e numa

divisão global responsável por perpetuar a subordinação dos países cujas economias estão longe de alcançar o estágio de inovação.

Embora existam iniciativas governamentais e institucionais voltadas ao apoio das MPEs, muitas vezes elas são insuficientes ou mal planejadas, não conseguindo suprir as demandas reais do setor. A burocracia excessiva, as altas taxas de juros e a falta de integração entre os pequenos empreendedores são entraves que precisam ser superados para garantir um ambiente mais favorável ao crescimento dessas empresas. Ademais, é fundamental que as políticas públicas transcendam a perspectiva individualista e considerem o impacto estrutural das desigualdades econômicas no desempenho das MPEs.

As MPEs enfrentam limitações que vão além de questões de produtividade, estendendo-se principalmente ao aumento da taxa de falências e a impasses quanto à adoção de estratégias como diversificação de atuação ou aumento de preços. A dificuldade em redirecionar suas atividades ou a falta de controle sobre as relações marcadas por uma lógica desequilibrada de oferta e demanda tornam as condições de competitividade especialmente desfavoráveis para as pequenas empresas. Já as mutações sucessivas impõem a necessidade de constante adaptação, logo a capacidade de resposta às mudanças deixa de ser um diferencial e passa a ser um imperativo para a sobrevivência dos negócios.

A sobrevivência e o fortalecimento das MPEs dependem de uma abordagem integrada que promova a organização coletiva dos pequenos empreendedores, permitindo-lhes maior poder de negociação e representação nos espaços de decisão política e econômica. Organizar esses setores enquanto categoria socioeconômica e como parte da classe que vive do próprio trabalho, dando-lhes interlocutores de peso que possam representar e fortalecer seus interesses, contribuiria no enfrentamento ao predomínio dos outros sujeitos econômicos que disputam espaço no mercado competitivo. Também se mostra necessário um esforço conjunto para estimular a inovação, facilitar o acesso a mercados e reduzir a dependência em relação às grandes corporações. Compreender a realidade das MPEs em profundidade implica reconhecer sua vulnerabilidade no mercado, uma fragilidade que pode ser reduzida na medida em que se fortaleçam enquanto categoria e como sujeitos econômicos com participação ativa no processo político-econômico.

De modo que, diante das dimensões da questão regional e do subdesenvolvimento brasileiro, é imperativo que as políticas públicas adotadas, sejam elas imediatas ou de longo prazo, considerem as contingências pelas quais surgem os mais prejudicados, identificando prioritariamente os trabalhadores precarizados. É imprescindível que o debate sobre as MPEs no Brasil seja ampliado, considerando não apenas as questões internas de gestão, mas também os fatores externos que condicionam suas possibilidades de crescimento. Um sistema econômico mais justo e equilibrado passa pela valorização dessas empresas, que são

fundamentais para o desenvolvimento social e econômico do país. Por fim, por meio de uma articulação efetiva entre políticas públicas, iniciativa privada e sociedade civil buscando atenuar os impactos negativos sobre os segmentos mais vulneráveis da população, é possível criar condições mais favoráveis para que as MPEs cumpram seu potencial transformador.

## REFERÊNCIAS

- BIANCHI, Alvaro. **O ministério dos industriais: a federação das indústrias do estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990.** Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Campinas, IFCH-Unicamp, 2004.
- BRETTAS, Tatiana. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. **Temporalis**, [S. l.], v. 17, n. 34, p. 53–76, 2017.
- BORTOLI NETO, A. **Tipologia de problemas das pequenas e médias empresas.** Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.
- CARMO, L. J. O. et al.. O empreendedorismo como uma ideologia neoliberal. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 19, n. 1, p. 18–31, jan. 2021.
- CERQUEIRA, J. Uma Visão Do Neoliberalismo: Surgimento, Atuação E Perspectivas. *Sitientibus*, [S. l.], n. 39, 2008.
- CHAUÍ, Marilena. O totalitarismo neoliberal. **Anacronismo e Irrupción**, v. 10, n. 18, pp. 307-328, 2020.
- COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em administração.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- DUARTE, P. H. E. **Teoria marxista da dependência: a contribuição teórica de Ruy Mauro Marini.** *Nova Economia*, 31(1), 131–156. 2021.
- FERREIRA, Luís Fernando Filardi et al. Análise quantitativa sobre a mortalidade precoce de micro e pequenas empresas da cidade de São Paulo. **Revista Gestão & Produção.** São Carlos, v. 19, n. 4, p. 811-823, jul. 2012.
- FERREIRA, V. S. et al. Desenvolvimento local: estratégias para a sustentabilidade das micro e pequenas empresas. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 8, n. 1, p. 19-38, 2012.
- FILGUEIRAS, Luiz Antonio Mattos. **O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico.** In: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. *Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales.* Buenos Aires: Conselho Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006. p. 179-206.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.
- GOVERNO FEDERAL (Brasil). **Mapa de Empresas.** In: Mapa de Empresas. Disponível em: <<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/mapa-de-empresas/painel-mapadeempresas>>.

Acesso em: 11 nov. 2024.

GOVERNO FEDERAL. Portal do empreendedor: **MEI**. Disponível em: <<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>>. Acesso em: 28 maio 2024.

GUERRA, O.; TEIXEIRA, F. A sobrevivência das pequenas empresas no desenvolvimento capitalista. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 1, p. 124–139, mar. 2010.

IANNI, O. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

MARINI, Ruy Mauro. **América Latina: dependência e integração**. São Paulo, Brasil Urgente, 1992.

\_\_\_\_\_. **As razões do neodesenvolvimentismo**. Resposta a Fernando Henrique Cardoso e a José Serra. In: SADER, Emir (org.). *Dialética da Dependência*. Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis, Vozes; Buenos Aires, CLACSO, 2000.

**McKinsey & Company**. O novo normal do crédito para PME. 2022. Disponível em: <https://www.mckinsey.com.br/our-insights/all-insights/o-novo-normal-do-credito-para-pme>. Acesso em: 2 dez. 2024.

MONTAÑO, Carlos. **Microempresa na era da globalização: uma abordagem histórico-crítica**. 2a. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

OKUSIRO, Izabela Ambo. A América Latina Uberizada: as Plataformas Digitais de Trabalho Aprofundam a Dependência da Região?. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, [S. l.], v. 12, n. 23, p. 265–289, 2023.

OLIVEIRA, I. R. C. de; ANDRADE, J. do N. T.; SENA, L. H. da S.; MOTA, L. O. Os desafios de sobrevivência das micro e pequenas empresas. **ID on line. Revista de Psicologia**, v. 16, n. 64, p. 203-213, dez. 2022.

PESSOA, M. B. et al. **Empreendedorismo: conceitos e aplicações**. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

PINHEIRO, J. F. D.; NETO, M. N. F. **Fatores que contribuem para a mortalidade das micro e pequenas empresas no Brasil**. *Brazilian Journal of Development*, v. 5, n. 7, p. 11107–11122, 2019.

PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RAPOSO, Henrique; MONTE, Washington Sales do. Maturidade da transformação digital em MPes: uma possibilidade baseada na matriz de importância-desempenho. **Revista Inovação, Projetos e Tecnologias**, [S. l.], v. 12, n. 1, 2024.

ROCHA, Marcelo. Microempresas no Brasil: análise do período de 1984 a 2005. **REAd - Revista Eletrônica de Administração**, v. 14, n. 2, p. 420-440, maio-ago. 2008.

SARFATI, Gilberto. Estágios de desenvolvimento econômico e políticas públicas de empreendedorismo e de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) em perspectiva comparada: os casos do Brasil, do Canadá, do Chile, da Irlanda e da Itália. **Revista de Administração Pública**, vol.47, n.1, pp. 25-48. 2013.

SEBRAE. **Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira**. Relatório executivo. 2015. Disponível em: <<https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus>>. Acesso em: 28

maio 2024.

\_\_\_\_\_. **Abertura de pequenos negócios em 2022 supera os números do período pré-pandemia.** Disponível em:

<<https://agenciasebrae.com.br/dados/abertura-de-pequenos-negocios-em-2022-supera-os-numeros-do-periodo-pre-pandemia>>. Acesso em: 20 set. 2024.

SERENO, L. G. F.; SAIANI, C. C. S.; RIBEIRO, C. G.. Por que as empresas morrem? Efeitos do Simples Nacional na taxa de falência das micro e pequenas empresas brasileiras. **Economia e Sociedade**, v. 31, n. 3, p. 601–626, set. 2022.

SILVA, G. H. da; PARMEZANI, L.; ZANI, R. M.; SILVA, M. A. C. **Sobrevivência das micro e pequenas empresas na pandemia.** Relatório de Pesquisa. São João da Boa Vista: Centro Universitário da Fundação de Ensino Octávio Bastos – UNIFEQB, 30 nov. 2021.

STEINDL, J. **Maturidade e Estagnação no Capitalismo Americano.** São Paulo: Abril Cultural. [1952] 1983.

TAVARES, Maria da Conceição. Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes. In: FURTADO, Celso. **Celso Furtado e o Brasil.** Organizado por Maria da Conceição Tavares. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 129-155.